

# SUMÁRIO

## SEÇÃO I – TEORIA GERAL DOS TRIBUTOS

|                                                                                                                               |           |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>Capítulo I – TRIBUTOS EM GERAL .....</b>                                                                                   | <b>37</b> |
| 1. DIREITO TRIBUTÁRIO .....                                                                                                   | 37        |
| 1.1. Introdução: O Direito Tributário como ramo Autônomo do Direito.....                                                      | 37        |
| 1.1.1. Atividade Financeira do Estado.....                                                                                    | 37        |
| 1.1.2. Receita Pública.....                                                                                                   | 37        |
| 1.1.3. Receitas Originárias e Derivadas .....                                                                                 | 38        |
| 1.1.4. Direito Tributário.....                                                                                                | 39        |
| 1.2. Conceito de Tributo.....                                                                                                 | 41        |
| 1.2.1. Pagamento em dinheiro, com algumas ressalvas .....                                                                     | 42        |
| 1.2.2. Compulsoriedade: o dever de pagar tributos não representa faculdade do contribuinte .....                              | 43        |
| 1.2.3. Caráter não punitivo: o tributo não representa sanção, o que não afasta a existência de multas tributárias.....        | 45        |
| 1.2.3.1. Progressividade sancionatória.....                                                                                   | 46        |
| 1.2.4. A necessária previsão em lei para instituição de tributo .....                                                         | 47        |
| 1.2.5. Cobrança vinculada: não há discricionariedade do agente público na exigência dos tributos .....                        | 48        |
| 1.3. Classificação dos Tributos .....                                                                                         | 49        |
| 1.3.1. Quanto ao Exercício da Competência Tributária: Privativos, Comuns e Residuais.....                                     | 49        |
| 1.3.2. Quanto à Competência para Instituição: Federais, Estaduais, Municipais, Distritais e de Competência Compartilhada..... | 50        |
| 1.3.3. Quanto à Finalidade Predominante: Fiscais, Extrafiscais e Parafiscais .....                                            | 52        |
| 1.3.4. Quanto à Atuação do Estado: Vinculados e não Vinculados .....                                                          | 53        |
| 1.3.5. Quanto ao Destino da Arrecadação: Tributos de Arrecadação Vinculada e não Vinculada.....                               | 54        |

|        |                                                                                                                                            |    |
|--------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 1.3.6. | Quanto ao Repasse do Ônus Financeiro: Diretos e Indiretos .....                                                                            | 56 |
| 1.3.7. | Quanto à Hipótese de Incidência: Reais e Pessoais .....                                                                                    | 57 |
| 1.3.8. | Quanto à Progressividade: Progressivos, Proporcionais e Fixos.....                                                                         | 58 |
| 1.3.9. | Quanto às Bases Econômicas de Incidência: Comércio Exterior, Patrimônio e Renda, Produção e Circulação e Extraordinários ou Especiais..... | 60 |

## **Capítulo II – ESPÉCIES TRIBUTÁRIAS.....63**

|              |                                                                                                                                     |    |
|--------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 2.           | ESPÉCIES TRIBUTÁRIAS.....                                                                                                           | 63 |
| 2.1.         | Da Teoria Binária à Teoria Pentapartida: Quais as Espécies de Tributos?.....                                                        | 63 |
| 2.1.1.       | Teoria Dualista, Bipartida ou Bipartite.....                                                                                        | 63 |
| 2.1.2.       | Teoria Tripartida, Tricotômica ou Tripartite .....                                                                                  | 64 |
| 2.1.3.       | Teoria Quadripartida, Tetrapartida ou Tetrapartite .....                                                                            | 64 |
| 2.1.4.       | Teoria Pentapartida ou Quinpartida .....                                                                                            | 65 |
| 2.2.         | Natureza Jurídica dos Tributos.....                                                                                                 | 67 |
| 2.3.         | Espécies Tributárias.....                                                                                                           | 70 |
| 2.3.1.       | Empréstimos Compulsórios .....                                                                                                      | 71 |
| 2.3.2.       | Contribuições de Melhoria.....                                                                                                      | 75 |
| 2.3.2.1.     | Base de cálculo e limites individual e geral.....                                                                                   | 78 |
| 2.3.3.       | Contribuições Especiais .....                                                                                                       | 80 |
| 2.3.3.1.     | Contribuições sociais .....                                                                                                         | 84 |
| 2.3.3.1.1.   | Contribuições de Seguridade Social.....                                                                                             | 84 |
| 2.3.3.1.2.   | Outras Contribuições Sociais .....                                                                                                  | 85 |
| 2.3.3.1.3.   | Contribuições Sociais Gerais .....                                                                                                  | 86 |
| 2.3.3.2.     | Contribuições de intervenção no domínio econômico.....                                                                              | 88 |
| 2.3.3.3.     | Contribuições corporativas.....                                                                                                     | 91 |
| 2.3.3.3.1.   | Contribuição Sindical .....                                                                                                         | 91 |
| 2.3.3.3.1.1. | A contribuição sindical deixou de ser tributo após a reforma trabalhista?.....                                                      | 92 |
| 2.3.3.3.2.   | Contribuições para o custeio das entidades de fiscalização do exercício de profissões regulamentadas .....                          | 93 |
| 2.3.3.4.     | Contribuição para o Custeio, a Expansão e a Melhoria do Serviço de Iluminação Pública e de Sistemas de Monitoramento – COSIPSM..... | 95 |

|            |                                                                                             |     |
|------------|---------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 2.3.4.     | Impostos.....                                                                               | 98  |
| 2.3.4.1.   | Instituição dos impostos.....                                                               | 100 |
| 2.3.4.2.   | Os impostos e o princípio da não vinculação (ou não afetação).....                          | 101 |
| 2.3.5.     | Taxas.....                                                                                  | 102 |
| 2.3.5.1.   | Competência para instituição das taxas.....                                                 | 103 |
| 2.3.5.2.   | Taxas pelo exercício do poder de polícia.....                                               | 105 |
| 2.3.5.3.   | Taxas pela execução de serviços públicos.....                                               | 107 |
| 2.3.5.3.1. | As taxas e os serviços públicos relacionados à limpeza urbana.....                          | 109 |
| 2.3.5.3.2. | As taxas e os serviços relacionados à segurança pública.....                                | 111 |
| 2.3.5.3.3. | Outros julgados importantes do STF relativos às taxas.....                                  | 113 |
| 2.3.5.4.   | A base de cálculo das taxas.....                                                            | 114 |
| 2.3.5.5.   | A alíquota das taxas.....                                                                   | 120 |
| 2.3.5.6.   | Diferenças entre taxa e tarifa ou preço público.....                                        | 122 |
| 2.3.5.7.   | Resumo sistematizado das principais taxas e respectivos entendimentos jurisprudenciais..... | 124 |

### **Capítulo III – FENÔMENO DA INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA.....127**

|            |                                                                |     |
|------------|----------------------------------------------------------------|-----|
| 3.         | FENÔMENO DA INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA.....                         | 127 |
| 3.1.       | Fato Gerador.....                                              | 127 |
| 3.1.1.     | Fato Gerador e Hipótese de Incidência.....                     | 127 |
| 3.1.1.1.   | Características e critérios da hipótese de incidência.....     | 129 |
| 3.1.1.2.   | Subsunção tributária.....                                      | 130 |
| 3.1.2.     | A Interpretação Objetiva do Fato Gerador.....                  | 131 |
| 3.1.3.     | Fato Gerador das Obrigações Principal e Acessória.....         | 134 |
| 3.1.3.1.   | Momento da ocorrência do fato gerador.....                     | 135 |
| 3.1.3.1.1. | Fato gerador definido com base em situações de fato.....       | 136 |
| 3.1.3.1.2. | Fato gerador definido com base em situação jurídica.....       | 136 |
| 3.1.3.1.3. | Fato gerador e as condições suspensivas....                    | 137 |
| 3.1.4.     | Desconsideração de Atos e Negócios Jurídicos Fraudulentos..... | 139 |
| 3.1.4.1.   | Elisão, Evasão e Elusão Fiscal.....                            | 139 |

|                                                  |                                                                                           |            |
|--------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 3.1.4.2.                                         | Norma geral antielisão fiscal .....                                                       | 141        |
| 3.1.5.                                           | Classificação do Fato Gerador .....                                                       | 145        |
| 3.1.5.1.                                         | Fato gerador simples ou instantâneo .....                                                 | 145        |
| 3.1.5.2.                                         | Fato gerador periódico simples ou contínuo .....                                          | 146        |
| 3.1.5.3.                                         | Fato gerador periódico composto ou complexo .....                                         | 146        |
| 3.2.                                             | Obrigação Tributária .....                                                                | 148        |
| 3.2.1.                                           | Obrigação Tributária Principal .....                                                      | 149        |
| 3.2.2.                                           | Obrigação Tributária Acessória .....                                                      | 150        |
| 3.2.3.                                           | Sujeitos da Obrigação Tributária .....                                                    | 152        |
| 3.2.3.1.                                         | Sujeito ativo .....                                                                       | 153        |
| 3.2.3.1.1.                                       | Delegação da capacidade tributária ativa .....                                            | 153        |
| 3.2.3.1.2.                                       | Sujeitos ativos diretos e indiretos .....                                                 | 154        |
| 3.2.3.1.3.                                       | Modificação superveniente do sujeito ativo em virtude de desmembramento territorial ..... | 157        |
| 3.2.3.2.                                         | Sujeito passivo .....                                                                     | 157        |
| 3.2.3.2.1.                                       | Inoponibilidade das convenções particulares à Fazenda Pública .....                       | 160        |
| 3.2.3.2.2.                                       | Solidariedade .....                                                                       | 161        |
| 3.2.3.2.3.                                       | Capacidade tributária passiva .....                                                       | 165        |
| 3.2.4.                                           | Domicílio Tributário .....                                                                | 166        |
| <b>Capítulo IV – LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA .....</b> |                                                                                           | <b>169</b> |
| 4.                                               | LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA .....                                                               | 169        |
| 4.1.                                             | Direito Tributário .....                                                                  | 169        |
| 4.1.1.                                           | Conceito, Objeto, Natureza e Finalidade .....                                             | 169        |
| 4.1.2.                                           | Fontes do Direito Tributário .....                                                        | 170        |
| 4.2.                                             | Legislação Tributária: Conceito e Disposições Gerais .....                                | 171        |
| 4.2.1.                                           | As Leis .....                                                                             | 172        |
| 4.2.1.1.                                         | Leis em sentido estrito, medidas provisórias, leis delegadas e decretos-lei .....         | 173        |
| 4.2.1.2.                                         | Resoluções do Senado Federal e decretos legislativos .....                                | 174        |
| 4.2.2.                                           | Tratados e Convenções Internacionais .....                                                | 175        |
| 4.2.3.                                           | Os Decretos .....                                                                         | 181        |
| 4.2.4.                                           | As Normas Complementares .....                                                            | 182        |

|          |                                                                                                                       |     |
|----------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 4.2.4.1. | Atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas .....                                                     | 182 |
| 4.2.4.2. | Decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa, a que a lei atribua eficácia normativa..... | 183 |
| 4.2.4.3. | Práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas .....                                            | 183 |
| 4.2.4.4. | Os convênios celebrados entre União, os Estados, Distrito Federal e Municípios .....                                  | 184 |
| 4.2.4.5. | Observância das Normas Complementares.....                                                                            | 185 |
| 4.3.     | Vigência da Legislação Tributária.....                                                                                | 186 |
| 4.3.1.   | Noções Gerais .....                                                                                                   | 186 |
| 4.3.2.   | Vigência Temporal da Legislação Tributária.....                                                                       | 188 |
| 4.3.3.   | Vigência Espacial da Legislação Tributária .....                                                                      | 190 |
| 4.4.     | Aplicação da Legislação Tributária .....                                                                              | 191 |
| 4.4.1.   | Irretroatividade no CTN .....                                                                                         | 192 |
| 4.4.2.   | Casos em que a Legislação Tributária Poderá Retroagir ....                                                            | 193 |
| 4.4.2.1. | Leis expressamente interpretativas.....                                                                               | 194 |
| 4.4.2.2. | Leis mais benéficas nos casos de infrações e penalidades.....                                                         | 196 |
| 4.5.     | Interpretação da Legislação Tributária .....                                                                          | 198 |
| 4.5.1.   | Critérios de Interpretação.....                                                                                       | 198 |
| 4.5.1.1. | Interpretação quanto à fonte.....                                                                                     | 199 |
| 4.5.1.2. | Interpretação quanto aos efeitos.....                                                                                 | 200 |
| 4.5.2.   | Interpretação da Legislação Tributária no CTN .....                                                                   | 200 |
| 4.5.2.1. | Interpretação necessariamente literal.....                                                                            | 200 |
| 4.5.2.2. | Interpretação benigna em matéria de infrações .....                                                                   | 202 |
| 4.5.2.3. | Princípios gerais de direito privado .....                                                                            | 203 |
| 4.5.2.4. | Institutos, conceitos e formas de direito privado.....                                                                | 204 |
| 4.6.     | Integração da Legislação Tributária.....                                                                              | 205 |

## **Capítulo V – LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS AO PODER DE TRIBUTAR – PRINCÍPIOS TRIBUTÁRIOS .....209**

|        |                                                                                                      |     |
|--------|------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 5.     | LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS AO PODER DE TRIBUTAR.....                                                 | 209 |
| 5.1.   | Princípios Gerais do Sistema Tributário Nacional.....                                                | 212 |
| 5.1.1. | Princípio da Neutralidade.....                                                                       | 215 |
| 5.2.   | Princípios Específicos do Direito Tributário – Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar ..... | 217 |
| 5.2.1. | Princípio da Legalidade ou da Reserva Legal .....                                                    | 217 |

|            |                                                                       |     |
|------------|-----------------------------------------------------------------------|-----|
| 5.2.1.1.   | Exceções ao Princípio da Legalidade.....                              | 222 |
| 5.2.1.2.   | Legalidade e os decretos regulamentares.....                          | 224 |
| 5.2.1.3.   | Legalidade, Medidas Provisórias e Leis Delegadas.....                 | 228 |
| 5.2.1.4.   | Benefício fiscal e princípio da legalidade .....                      | 230 |
| 5.2.1.4.1. | Gastos tributários .....                                              | 231 |
| 5.2.1.5.   | Correção monetária e princípio da legalidade .....                    | 232 |
| 5.2.2.     | Princípio da Isonomia .....                                           | 233 |
| 5.2.3.     | Princípio da Capacidade Contributiva .....                            | 237 |
| 5.2.3.1.   | Princípio da capacidade contributiva e sigilo bancário .....          | 240 |
| 5.2.4.     | (Macro)Princípio da Não Surpresa .....                                | 241 |
| 5.2.4.1.   | Princípio da irretroatividade.....                                    | 241 |
| 5.2.4.1.1. | A irretroatividade e os fatos geradores complexivos.....              | 242 |
| 5.2.4.2.   | Princípio da anterioridade anual .....                                | 245 |
| 5.2.4.2.1. | Anterioridade e redução de benefício fiscal.....                      | 248 |
| 5.2.4.2.2. | Exceções ao princípio da anterioridade anual .....                    | 252 |
| 5.2.4.2.3. | Anterioridade anual e Medidas Provisórias.....                        | 254 |
| 5.2.4.3.   | Princípio da anterioridade nonagesimal (ou noventa).....              | 256 |
| 5.2.4.3.1. | Exceções ao princípio da anterioridade nonagesimal.....               | 258 |
| 5.2.4.3.2. | Noventa e medidas provisórias.....                                    | 260 |
| 5.2.5.     | Princípio do Não Confisco ou da Razoabilidade na Tributação.....      | 262 |
| 5.2.5.1.   | Não confisco e a vedação às sanções políticas .....                   | 267 |
| 5.2.6.     | Princípio da Não Limitação ao Tráfego de Pessoas e Bens .....         | 269 |
| 5.2.7.     | (Macro)Princípio da Preservação do Pacto Federativo.....              | 271 |
| 5.2.7.1.   | Princípio da uniformidade da tributação no território nacional .....  | 271 |
| 5.2.7.2.   | Princípio da uniformidade da tributação da renda .....                | 273 |
| 5.2.7.3.   | Princípio da vedação às isenções heterônomas .....                    | 274 |
| 5.2.8.     | Princípio da Não Discriminação Baseada em Procedência ou Destino..... | 277 |

## **Capítulo VI – LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS AO PODER DE TRIBUTAR – IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS .....279**

|            |                                                                                                                                                             |     |
|------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 6.         | IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS .....                                                                                                                                | 279 |
| 6.1.       | Conceito.....                                                                                                                                               | 279 |
| 6.2.       | Distinções Necessárias .....                                                                                                                                | 281 |
| 6.2.1.     | Imunidade, não incidência, isenção, alíquota zero e remissão: conteúdos jurídicos distintos e efeitos práticos semelhantes.....                             | 281 |
| 6.2.2.     | Imunidades e isenções .....                                                                                                                                 | 283 |
| 6.2.3.     | Imunidades e obrigações acessórias.....                                                                                                                     | 285 |
| 6.3.       | Que Espécie Legislativa pode prever os Requisitos para Gozo ou Fruição de uma Imunidade Tributária?.....                                                    | 286 |
| 6.4.       | Classificações das Imunidades .....                                                                                                                         | 287 |
| 6.4.1.     | Imunidades subjetivas, objetivas ou mistas.....                                                                                                             | 287 |
| 6.4.1.1.   | Imunidades subjetivas e os contribuintes de fato.....                                                                                                       | 288 |
| 6.4.2.     | Imunidades ontológicas e políticas .....                                                                                                                    | 289 |
| 6.4.3.     | Imunidades explícitas e implícitas .....                                                                                                                    | 290 |
| 6.4.4.     | Imunidades condicionadas e incondicionadas.....                                                                                                             | 290 |
| 6.4.5.     | Imunidades gerais e específicas .....                                                                                                                       | 291 |
| 6.5.       | Espécies de Imunidades Tributárias .....                                                                                                                    | 291 |
| 6.5.1.     | Imunidade tributária recíproca.....                                                                                                                         | 292 |
| 6.5.1.1.   | Autarquias e fundações públicas.....                                                                                                                        | 294 |
| 6.5.1.2.   | Empresas públicas e sociedades de economia mista .....                                                                                                      | 296 |
| 6.5.1.2.1. | Imunidade recíproca e os Correios .....                                                                                                                     | 299 |
| 6.5.1.3.   | Promitente comprador .....                                                                                                                                  | 302 |
| 6.5.1.4.   | Imunidade recíproca e os tributos indiretos .....                                                                                                           | 302 |
| 6.5.1.5.   | Arrendamento, cessão de uso de bem público e sucessão.....                                                                                                  | 303 |
| 6.5.1.6.   | Outras decisões do STF sobre a imunidade tributária recíproca.....                                                                                          | 305 |
| 6.5.2.     | Imunidade religiosa.....                                                                                                                                    | 307 |
| 6.5.3.     | Imunidade dos partidos políticos, das entidades sindicais dos trabalhadores e das instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos..... | 312 |
| 6.5.3.1.   | Requisitos legais para o reconhecimento da imunidade das instituições de educação e de assistência social.....                                              | 315 |
| 6.5.3.1.1. | A exigência do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS .....                                                                      | 316 |

|          |                                                                                             |     |
|----------|---------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 6.5.3.2. | Imunidade e as entidades de previdência social .....                                        | 318 |
| 6.5.3.3. | Outras decisões sobre a imunidade das instituições de educação e de assistência social..... | 320 |
| 6.5.4.   | Imunidade cultural .....                                                                    | 322 |
| 6.5.4.1. | Imunidade e os materiais utilizados na confecção dos livros, jornais e periódicos.....      | 325 |
| 6.5.4.2. | Imunidade e os serviços correlatos aos livros, jornais e periódicos.....                    | 326 |
| 6.5.4.3. | Imunidade dos livros eletrônicos ( <i>e-books</i> ) .....                                   | 327 |
| 6.5.5.   | Imunidade musical.....                                                                      | 328 |
| 6.5.6.   | Outras imunidades.....                                                                      | 330 |

## **Capítulo VII – RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA..... 335**

|            |                                                                                              |     |
|------------|----------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 7.         | RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA.....                                                             | 335 |
| 7.1.       | Responsabilidade por Substituição e por Transferência .....                                  | 337 |
| 7.2.       | Responsabilidade Pessoal, Solidária e Subsidiária.....                                       | 339 |
| 7.3.       | Responsabilidade Por Substituição.....                                                       | 341 |
| 7.3.1.     | Substituição tributária regressiva .....                                                     | 341 |
| 7.3.2.     | Substituição tributária progressiva .....                                                    | 342 |
| 7.3.2.1.   | A constitucionalidade da substituição tributária progressiva.....                            | 344 |
| 7.3.2.2.   | A possibilidade de restituição.....                                                          | 347 |
| 7.3.2.2.1. | Diferença entre a base de cálculo presumida e a efetiva.....                                 | 347 |
| 7.4.       | Responsabilidade por Transferência .....                                                     | 350 |
| 7.4.1.     | Responsabilidade por solidariedade .....                                                     | 351 |
| 7.4.2.     | Responsabilidade por sucessão.....                                                           | 354 |
| 7.4.2.1.   | Responsabilidade na transmissão de bens imóveis.....                                         | 355 |
| 7.4.2.1.1. | Sub-rogação pessoal.....                                                                     | 357 |
| 7.4.2.1.2. | Exceções em relação à regra da responsabilidade tributária do adquirente de bem imóvel ..... | 358 |
| 7.4.2.2.   | Responsabilidade na transmissão de bens móveis.....                                          | 361 |
| 7.4.2.3.   | Responsabilidade na sucessão <i>causa mortis</i> .....                                       | 363 |
| 7.4.2.4.   | Responsabilidade na sucessão empresarial.....                                                | 366 |
| 7.4.2.4.1. | Abrangência da responsabilidade na sucessão empresarial.....                                 | 366 |
| 7.4.2.4.2. | Responsabilidade tributária e alterações societárias.....                                    | 367 |

|                                                               |                                                                                                                    |            |
|---------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 7.4.2.4.3.                                                    | Responsabilidade do sócio remanescente nos casos continuação da atividade após extinção da sociedade.....          | 370        |
| 7.4.2.4.4.                                                    | Responsabilidade do adquirente de fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional ..... | 370        |
| 7.4.2.4.5.                                                    | Exceções à responsabilidade na sucessão empresarial.....                                                           | 373        |
| 7.4.3.                                                        | Responsabilidade de terceiros.....                                                                                 | 375        |
| 7.4.3.1.                                                      | Responsabilidade de terceiros por atuação regular ...                                                              | 376        |
| 7.4.3.1.1.                                                    | Hipóteses de responsabilidade de terceiros com atuação regular.....                                                | 378        |
| 7.4.3.2.                                                      | Responsabilidade de terceiros por atuação irregular                                                                | 379        |
| 7.4.3.2.1.                                                    | A responsabilidade pessoal e o entendimento do STJ .....                                                           | 380        |
| 7.4.3.2.2.                                                    | A responsabilidade dos administradores das pessoas jurídicas de direito privado.....                               | 381        |
| 7.4.3.1.                                                      | Responsabilidade das Plataformas Digitais (IBS e CBS).....                                                         | 386        |
| 7.5.                                                          | Responsabilidade por Infrações.....                                                                                | 389        |
| 7.5.1.                                                        | Responsabilidade pessoal do agente .....                                                                           | 390        |
| 7.5.2.                                                        | Denúncia espontânea .....                                                                                          | 392        |
| 7.5.2.1.                                                      | Denúncia espontânea, parcelamento e depósito do montante integral .....                                            | 393        |
| 7.5.2.2.                                                      | Denúncia espontânea e obrigações acessórias.....                                                                   | 394        |
| 7.5.2.3.                                                      | Denúncia espontânea e os tributos sujeitos a lançamento por homologação.....                                       | 395        |
| <b>Capítulo VIII – LANÇAMENTO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO .....</b> |                                                                                                                    | <b>397</b> |
| 8.                                                            | LANÇAMENTO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO .....                                                                             | 397        |
| 8.1.                                                          | Conceito e Natureza Jurídica.....                                                                                  | 397        |
| 8.1.1.                                                        | Lançamento tributário: procedimento ou ato?.....                                                                   | 399        |
| 8.1.2.                                                        | Natureza jurídica do lançamento tributário.....                                                                    | 399        |
| 8.1.3.                                                        | Consumação do lançamento tributário .....                                                                          | 401        |
| 8.1.4.                                                        | Autonomia da obrigação tributária ante o crédito tributário.....                                                   | 401        |
| 8.2.                                                          | Competência para o Lançamento .....                                                                                | 402        |
| 8.3.                                                          | Legislação aplicável ao Lançamento .....                                                                           | 404        |
| 8.3.1.                                                        | Impostos lançados por períodos certos de tempo .....                                                               | 406        |

|                                                           |                                                                                                              |            |
|-----------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 8.3.2.                                                    | Taxa de câmbio aplicável ao lançamento .....                                                                 | 406        |
| 8.4.                                                      | Alteração do Lançamento .....                                                                                | 406        |
| 8.4.1.                                                    | Impugnação do sujeito passivo .....                                                                          | 407        |
| 8.4.2.                                                    | Recurso de ofício (ou remessa necessária) e recurso voluntário.....                                          | 408        |
| 8.4.3.                                                    | Iniciativa de ofício da autoridade administrativa.....                                                       | 408        |
| 8.4.4.                                                    | Erro de direito e erro de fato.....                                                                          | 409        |
| 8.5.                                                      | Modalidades de Lançamento .....                                                                              | 411        |
| 8.5.1.                                                    | Lançamento de ofício ou direto.....                                                                          | 411        |
| 8.5.2.                                                    | Lançamento por declaração ou misto .....                                                                     | 414        |
| 8.5.3.                                                    | Lançamento por homologação ou “autolançamento” .....                                                         | 416        |
| 8.5.3.1.                                                  | Atos praticados pelo sujeito passivo após o fato gerador .....                                               | 417        |
| 8.5.3.2.                                                  | Homologação expressa ou tácita .....                                                                         | 418        |
| 8.5.3.3.                                                  | Apuração assistida.....                                                                                      | 419        |
| 8.5.4.                                                    | A técnica do arbitramento .....                                                                              | 421        |
| 8.5.4.                                                    | Impactos do split payment na dinâmica do lançamento tributário .....                                         | 423        |
| <b>Capítulo IX – EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO .....</b> |                                                                                                              | <b>425</b> |
| 9.                                                        | EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO .....                                                                         | 425        |
| 9.1.                                                      | Isenção.....                                                                                                 | 426        |
| 9.1.1.                                                    | Lei nº 15.279/2025 e a isenção condicionada nas doações de medicamentos .....                                | 430        |
| 9.2.                                                      | Anistia .....                                                                                                | 431        |
| 9.3.                                                      | Quadro comparativo entre isenção e anistia .....                                                             | 433        |
| <b>Capítulo X – SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO .....</b> |                                                                                                              | <b>435</b> |
| 10.                                                       | SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO .....                                                                        | 435        |
| 10.1.                                                     | Moratória .....                                                                                              | 437        |
| 10.1.1.                                                   | Créditos abrangidos pela moratória .....                                                                     | 440        |
| 10.1.2.                                                   | Requisitos para concessão da moratória e moratória parcelada (diferenciação em relação ao parcelamento)..... | 441        |
| 10.2.                                                     | Parcelamento.....                                                                                            | 442        |
| 10.2.1.                                                   | Parcelamento de devedores em recuperação judicial.....                                                       | 446        |
| 10.3.                                                     | Reclamações e Recursos no Âmbito do Processo Administrativo Fiscal .....                                     | 447        |
| 10.4.                                                     | Liminar em Mandado de Segurança e Liminar ou Tutela Antecipada em outras Ações Judiciais.....                | 448        |
| 10.5.                                                     | Depósito do Montante Integral .....                                                                          | 450        |

**Capítulo XI – EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO .....453**

|                                                              |     |
|--------------------------------------------------------------|-----|
| 11. EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....                      | 453 |
| 11.1. Pagamento.....                                         | 454 |
| 11.1.1. Efeitos da mora no pagamento.....                    | 455 |
| 11.1.2. Imputação em pagamento.....                          | 456 |
| 11.1.3. Pagamento indevido e restituição.....                | 457 |
| 11.1.4. Pagamento por split payment.....                     | 464 |
| 11.2. Compensação.....                                       | 465 |
| 11.3. Transação.....                                         | 469 |
| 11.4. Remissão.....                                          | 475 |
| 11.5. Consignação em Pagamento .....                         | 477 |
| 11.6. Pagamento Antecipado e Homologação do Lançamento ..... | 478 |
| 11.7. Conversão do Depósito em Renda.....                    | 479 |
| 11.8. Decisão Administrativa Irreformável .....              | 479 |
| 11.9. Decisão Judicial Transitada em Julgado.....            | 480 |
| 11.10. Dação em Pagamento de Bens Imóveis.....               | 480 |
| 11.11. Decadência.....                                       | 481 |
| 11.12. Prescrição.....                                       | 487 |

**Capítulo XII – ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA.....491**

|                                                                         |     |
|-------------------------------------------------------------------------|-----|
| 12. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA.....                                       | 491 |
| 12.1. Fiscalização.....                                                 | 492 |
| 12.1.1. Poderes das autoridades administrativas.....                    | 492 |
| 12.1.2. Deveres das autoridades administrativas.....                    | 495 |
| 12.1.2.1. Termo de início da fiscalização.....                          | 495 |
| 12.1.2.2. O dever de manter sigilo.....                                 | 496 |
| 12.1.2.2.1. Exceções ao sigilo fiscal.....                              | 497 |
| 12.1.2.3. A permuta de informações sigilosas.....                       | 500 |
| 12.2. Dívida ativa.....                                                 | 500 |
| 12.3. Certidões negativas de débito .....                               | 503 |
| 12.3.1. Certidões positivas com efeitos de negativas.....               | 504 |
| 12.3.2. Dispensa da apresentação de certidão negativa.....              | 504 |
| 12.3.3. Responsabilidade por expedição de certidão com erro.....        | 505 |
| 12.4. Meios indiretos de cobrança e a vedação às sanções políticas..... | 505 |

**Capítulo XIII – CÓDIGO DE DEFESA DO CONTRIBUINTE E O MODELO DE TRIBUTAÇÃO COOPERATIVO.....509**

|                                                                                                |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 13. CÓDIGO DE DEFESA DO CONTRIBUINTE E A MUDANÇA DE PARADIGMA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA..... | 509 |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|

|         |                                                                      |     |
|---------|----------------------------------------------------------------------|-----|
| 13.1.   | Natureza e alcance do Código de Defesa do Contribuinte .....         | 509 |
| 13.2.   | Deveres da administração tributária.....                             | 510 |
| 13.3.   | Direitos e deveres do contribuinte.....                              | 513 |
| 13.4.   | Resolução cooperativa das controvérsias tributárias.....             | 516 |
| 13.4.1. | A apuração assistida e conformidade tributária .....                 | 518 |
| 13.5.   | Limite do modelo cooperativo: o tratamento do devedor contumaz.....  | 518 |
| 13.5.1. | Conceito e caracterização do devedor contumaz.....                   | 519 |
| 13.5.2. | Processo administrativo de identificação da contumácia ...           | 521 |
| 13.5.3. | Consequências da caracterização como devedor contumaz.....           | 523 |
| 13.5.4. | Descaracterização da condição do devedor contumaz.....               | 524 |
| 13.5.5. | O tratamento diferenciado de contribuintes de alto risco fiscal..... | 526 |
| 13.6.   | Programas de conformidade tributária e aduaneira .....               | 527 |

#### **Capítulo XIV – GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO..... 531**

|         |                                                                                                         |     |
|---------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 14.     | GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....                                                      | 531 |
| 14.1.   | Garantias do crédito tributário.....                                                                    | 531 |
| 14.1.1. | A totalidade dos bens e rendas responde pelo crédito tributário.....                                    | 532 |
| 14.1.2. | Presunção de fraude à execução fiscal.....                                                              | 534 |
| 14.1.3. | A indisponibilidade dos bens – art. 185-A.....                                                          | 535 |
| 14.1.4. | Prova de quitação dos tributos .....                                                                    | 536 |
| 14.2.   | Privilégios do crédito tributário.....                                                                  | 537 |
| 14.2.1. | Regras relativas ao processo de falência.....                                                           | 537 |
| 14.2.2. | Regras relativas aos processos de inventário ou arrolamento e de liquidação judicial ou voluntária..... | 539 |
| 14.2.3. | Autonomia da execução fiscal .....                                                                      | 540 |
| 14.2.4. | Concurso de preferência entre pessoas jurídicas de direito público.....                                 | 540 |

### **SEÇÃO III – IMPOSTOS EM ESPÉCIE**

#### **Capítulo XV – IMPOSTOS FEDERAIS..... 545**

|         |                                             |     |
|---------|---------------------------------------------|-----|
| 15.     | IMPOSTOS FEDERAIS.....                      | 545 |
| 15.1.   | Imposto de importação .....                 | 545 |
| 15.1.1. | Fato gerador.....                           | 546 |
| 15.1.2. | Local de incidência .....                   | 548 |
| 15.1.3. | Momento de ocorrência do fato gerador ..... | 548 |

|             |                                                                     |     |
|-------------|---------------------------------------------------------------------|-----|
| 15.1.3.1.   | Despacho de Importação .....                                        | 549 |
| 15.1.4.     | Contribuintes.....                                                  | 550 |
| 15.1.5.     | Alíquotas .....                                                     | 551 |
| 15.1.6.     | Base de cálculo .....                                               | 552 |
| 15.1.7.     | Aspectos gerais.....                                                | 552 |
| 15.2.       | Imposto de exportação.....                                          | 553 |
| 15.2.1.     | Fato gerador .....                                                  | 554 |
| 15.2.2.     | Local de incidência.....                                            | 554 |
| 15.2.3.     | Momento de ocorrência do fato gerador .....                         | 554 |
| 15.2.4.     | Contribuintes .....                                                 | 554 |
| 15.2.5.     | Alíquotas.....                                                      | 554 |
| 15.2.6.     | Base de cálculo.....                                                | 555 |
| 15.3.       | Imposto de renda.....                                               | 556 |
| 15.3.1.     | Princípios específicos e aspectos gerais.....                       | 556 |
| 15.3.2.     | Fato gerador.....                                                   | 557 |
| 15.3.2.1.   | Imposto de Renda e as indenizações .....                            | 559 |
| 15.3.2.2.   | Imposto de renda, atualização monetária e juros<br>de mora .....    | 561 |
| 15.3.2.3.   | Imposto de renda e os valores depositados em<br>conta bancária..... | 563 |
| 15.3.2.4.   | Demais questões envolvendo incidência do imposto<br>de renda.....   | 563 |
| 15.3.3.     | Local de incidência .....                                           | 565 |
| 15.3.4.     | Momento de ocorrência do fato gerador .....                         | 566 |
| 15.3.5.     | Contribuintes.....                                                  | 567 |
| 15.3.6.     | Alíquotas .....                                                     | 568 |
| 15.3.7.     | Base de cálculo .....                                               | 569 |
| 15.3.7.1.   | Dependentes .....                                                   | 571 |
| 15.3.8.     | Isenções.....                                                       | 572 |
| 15.4.       | Imposto Sobre Produtos Industrializados – IPI.....                  | 576 |
| 15.4.1.     | Princípios específicos e aspectos gerais.....                       | 576 |
| 15.4.1.1.   | IPI e o princípio da seletividade.....                              | 576 |
| 15.4.1.2.   | IPI e o princípio da não cumulatividade.....                        | 577 |
| 15.4.1.2.1. | Não cumulatividade e a sistemática de<br>creditamento.....          | 578 |
| 15.4.1.3.   | Aspectos gerais do IPI .....                                        | 581 |
| 15.4.2.     | Fato gerador.....                                                   | 581 |
| 15.4.3.     | Momento de ocorrência do fato gerador .....                         | 582 |
| 15.4.4.     | Local de incidência .....                                           | 583 |
| 15.4.5.     | Contribuintes.....                                                  | 583 |

|                                                |                                                                                                                                |            |
|------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 15.4.6.                                        | Alíquotas .....                                                                                                                | 585        |
| 15.4.7.                                        | Base de cálculo .....                                                                                                          | 585        |
| 15.4.8.                                        | O IPI e a reforma tributária .....                                                                                             | 587        |
| 15.5.                                          | Imposto sobre operações financeiras .....                                                                                      | 589        |
| 15.5.1.                                        | Fato gerador .....                                                                                                             | 589        |
| 15.5.2.                                        | Momento de ocorrência do fato gerador .....                                                                                    | 590        |
| 15.5.3.                                        | Local de incidência .....                                                                                                      | 592        |
| 15.5.4.                                        | Contribuintes .....                                                                                                            | 592        |
| 15.5.5.                                        | Alíquotas .....                                                                                                                | 592        |
| 15.5.6.                                        | Base de cálculo .....                                                                                                          | 593        |
| 15.6.                                          | Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural .....                                                                            | 594        |
| 15.6.1.                                        | Aspectos gerais .....                                                                                                          | 594        |
| 15.6.2.                                        | Fato gerador .....                                                                                                             | 596        |
| 15.6.3.                                        | Local de incidência .....                                                                                                      | 597        |
| 15.6.4.                                        | Momento de ocorrência do fato gerador .....                                                                                    | 598        |
| 15.6.5.                                        | Sujeito ativo .....                                                                                                            | 598        |
| 15.6.6.                                        | Contribuintes .....                                                                                                            | 599        |
| 15.6.7.                                        | Alíquotas .....                                                                                                                | 599        |
| 15.6.8.                                        | Base de cálculo .....                                                                                                          | 599        |
| 15.6.9.                                        | Isenção dos imóveis rurais destinados à reforma agrária, ocupados por remanescentes de quilombolas e das pequenas glebas ..... | 600        |
| 15.7.                                          | Imposto Sobre Grandes Fortunas .....                                                                                           | 601        |
| 15.4.8.                                        | Imposto Seletivo .....                                                                                                         | 601        |
| 15.8.1.                                        | Fato Gerador .....                                                                                                             | 604        |
| 15.8.2.                                        | Base de Cálculo .....                                                                                                          | 605        |
| 15.8.3.                                        | Das Alíquotas .....                                                                                                            | 607        |
| 15.8.4.                                        | Sujeito Passivo .....                                                                                                          | 609        |
| 15.8.5.                                        | Apuração e Pagamento .....                                                                                                     | 610        |
| 15.8.6.                                        | Demais Disposições .....                                                                                                       | 611        |
| <b>Capítulo XVI – IMPOSTOS ESTADUAIS .....</b> |                                                                                                                                | <b>615</b> |
| 16.                                            | IMPOSTOS ESTADUAIS .....                                                                                                       | 615        |
| 16.1.                                          | ICMS .....                                                                                                                     | 615        |
| 16.1.1.                                        | Características Gerais .....                                                                                                   | 616        |
| 16.1.2.                                        | Classificação .....                                                                                                            | 619        |
| 16.1.3.                                        | Aspecto Material .....                                                                                                         | 619        |
| 16.1.3.1.                                      | Operações relativas à circulação de mercadorias .....                                                                          | 620        |
| 16.1.3.1.1.                                    | Conceito de mercadoria .....                                                                                                   | 621        |
| 16.1.3.1.2.                                    | Circulação de mercadorias .....                                                                                                | 624        |

|             |                                                                                                         |     |
|-------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 16.1.3.2.   | ICMS e operações de arrendamento mercantil<br>( <i>leasing</i> ) .....                                  | 625 |
| 16.1.3.2.1. | <i>Leasing</i> operacional, <i>lease back</i> e <i>leasing</i><br>financeiro .....                      | 626 |
| 16.1.3.2.2. | <i>Leasing</i> internacional .....                                                                      | 627 |
| 16.1.3.3.   | ICMS e operações de comodato .....                                                                      | 629 |
| 16.1.3.4.   | ICMS e as operações societárias .....                                                                   | 630 |
| 16.1.3.5.   | A tributação conjunta de mercadorias e serviços .....                                                   | 630 |
| 16.1.3.6.   | ICMS e energia elétrica .....                                                                           | 636 |
| 16.1.3.6.1. | Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição<br>– TUSD.....                                                 | 637 |
| 16.1.3.6.2. | Cobrança sobre demanda contratada.....                                                                  | 639 |
| 16.1.3.7.   | A tributação dos serviços de transporte.....                                                            | 640 |
| 16.1.3.8.   | A tributação dos serviços de comunicação.....                                                           | 643 |
| 16.1.3.8.1. | Operações onerosas.....                                                                                 | 643 |
| 16.1.3.8.2. | Provedores de internet.....                                                                             | 644 |
| 16.1.3.8.3. | Serviço de habilitação de telefone celular<br>e tarifa de assinatura básica mensal de<br>telefonía..... | 645 |
| 16.1.3.8.4. | Local de incidência .....                                                                               | 648 |
| 16.1.3.8.5. | Inadimplemento do consumidor final.....                                                                 | 649 |
| 16.1.4.     | Aspecto Espacial .....                                                                                  | 650 |
| 16.1.4.1.   | ICMS nas operações interestaduais .....                                                                 | 654 |
| 16.1.4.1.1. | Regra de transição.....                                                                                 | 656 |
| 16.1.4.1.2. | A obrigatoriedade de edição de lei com-<br>plementar para cobrança do diferencial<br>de alíquota.....   | 657 |
| 16.1.4.1.3. | Estabelecimento das alíquotas interes-<br>taduais .....                                                 | 660 |
| 16.1.4.2.   | ICMS nas importações .....                                                                              | 661 |
| 16.1.5.     | Aspecto Temporal.....                                                                                   | 664 |
| 16.1.5.1.   | Saída de mercadoria para outro estabelecimento<br>do mesmo titular .....                                | 667 |
| 16.1.6.     | Aspecto Quantitativo – Alíquota.....                                                                    | 669 |
| 16.1.6.1.   | Seletividade .....                                                                                      | 671 |
| 16.1.6.2.   | Não cumulatividade .....                                                                                | 673 |
| 16.1.6.2.1. | Operações isentas e não tributadas.....                                                                 | 674 |
| 16.1.6.2.2. | Regime de conta gráfica.....                                                                            | 676 |

|               |                                                                                                                                                       |     |
|---------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 16.1.6.2.3.   | Aquisição de produtos intermediários, bens de conveniência e destinados ao ativo fixo do estabelecimento.....                                         | 677 |
| 16.1.6.2.4.   | Correção monetária .....                                                                                                                              | 682 |
| 16.1.6.2.5.   | Cumulatividade e os serviços de comunicação e de transporte.....                                                                                      | 683 |
| 16.1.6.2.6.   | Devedor contumaz e adquirente de boa-fé .....                                                                                                         | 683 |
| 16.1.7.       | Aspecto Quantitativo – Base de Cálculo.....                                                                                                           | 686 |
| 16.1.7.1.     | Imposto “por dentro” .....                                                                                                                            | 686 |
| 16.1.7.2.     | Outros valores que integram a base de cálculo .....                                                                                                   | 687 |
| 16.1.7.3.     | Exclusão do IPI da base de cálculo.....                                                                                                               | 690 |
| 16.1.7.4.     | Regime de pauta fiscal.....                                                                                                                           | 690 |
| 16.1.8.       | Aspecto Pessoal.....                                                                                                                                  | 693 |
| 16.1.8.1.     | Sujeito passivo do ICMS.....                                                                                                                          | 693 |
| 16.1.8.2.     | Sujeito ativo do ICMS.....                                                                                                                            | 696 |
| 16.1.9.       | Aspectos Relevantes Além da Regra Matriz de Incidência.....                                                                                           | 696 |
| 16.1.9.1.     | Lançamento.....                                                                                                                                       | 696 |
| 16.1.9.2.     | Concessão de benefícios fiscais de ICMS .....                                                                                                         | 696 |
| 16.1.9.3.     | Restituição do ICMS cobrado indevidamente.....                                                                                                        | 704 |
| 16.1.9.4.     | Substituição tributária .....                                                                                                                         | 706 |
| 16.1.9.4.1.   | Criminalização do ICMS declarado e não pago .....                                                                                                     | 710 |
| 16.1.9.5.     | Imunidades em relação ao ICMS.....                                                                                                                    | 711 |
| 16.1.9.5.1.   | Imunidade sobre a exportação de mercadorias ao exterior .....                                                                                         | 711 |
| 16.1.9.5.2.   | Imunidade nas operações interestaduais com petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos deles derivados e energia elétrica..... | 712 |
| 16.1.9.5.2.1. | ICMS monofásico sobre combustíveis e lubrificantes .....                                                                                              | 713 |
| 16.1.9.5.3.   | Imunidade das operações com ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial.....                                            | 717 |
| 16.1.9.5.4.   | Imunidade nas prestações de serviços de comunicação nas modalidades de radio-difusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita .....    | 717 |

|             |                                                                                            |     |
|-------------|--------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 16.1.9.5.5. | Imunidades genéricas aplicadas ao ICMS.....                                                | 717 |
| 16.2.       | Imposto Sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – ITCMD..... | 720 |
| 16.2.1.     | Aspecto Quantitativo – Alíquotas.....                                                      | 723 |
| 16.2.2.     | Aspecto Espacial.....                                                                      | 726 |
| 16.2.3.     | Aspecto Pessoal – Sujeito Ativo.....                                                       | 726 |
| 16.2.4.     | Aspecto Material.....                                                                      | 730 |
| 16.2.4.1.   | Doação.....                                                                                | 730 |
| 16.2.4.2.   | Renúncia à herança.....                                                                    | 732 |
| 16.2.4.3.   | Extinção de usufruto e outros direitos reais.....                                          | 733 |
| 16.2.4.4.   | Valores recebidos em previdência privada e contratos securitários.....                     | 733 |
| 16.2.4.5.   | Trusts.....                                                                                | 734 |
| 16.2.4.6.   | Falecimento de funcionários de missões diplomáticas e repartições consulares.....          | 735 |
| 16.2.4.7.   | Partilha desproporcional de bens.....                                                      | 736 |
| 16.2.4.8.   | Fideicomisso.....                                                                          | 736 |
| 16.2.5.     | Aspecto Temporal.....                                                                      | 737 |
| 16.2.6.     | Regime de Recolhimento.....                                                                | 740 |
| 16.2.6.1.   | Momento do recolhimento do ITCMD no processo de inventário.....                            | 741 |
| 16.2.7.     | Aspecto Quantitativo – Base de Cálculo.....                                                | 743 |
| 16.2.8.     | Aspecto Pessoal – Sujeito Passivo.....                                                     | 746 |
| 16.2.9.     | Lançamento.....                                                                            | 746 |
| 16.2.9.1.   | Lançamento e início da contagem do prazo decadencial nos processos de inventário.....      | 747 |
| 16.2.9.2.   | Lançamento e início da contagem do prazo decadencial nas doações.....                      | 748 |
| 16.3.       | IPVA.....                                                                                  | 748 |
| 16.3.1.     | IPVA e a Imunidade Recíproca.....                                                          | 751 |
| 16.3.2.     | Aspecto Quantitativo – Alíquotas.....                                                      | 752 |
| 16.3.3.     | Aspecto Material.....                                                                      | 754 |
| 16.3.3.1.   | IPVA e as embarcações e aeronaves.....                                                     | 755 |
| 16.3.4.     | Aspecto Temporal.....                                                                      | 756 |
| 16.3.5.     | Aspecto Espacial.....                                                                      | 757 |
| 16.3.6.     | Aspecto Quantitativo – Base de Cálculo.....                                                | 758 |
| 16.3.7.     | Aspecto Pessoal – Sujeito Ativo.....                                                       | 758 |
| 16.3.8.     | Aspecto Pessoal – Sujeito Passivo.....                                                     | 759 |
| 16.3.8.1.   | Leasing ou arrendamento mercantil.....                                                     | 759 |

|                                                                           |     |
|---------------------------------------------------------------------------|-----|
| 16.3.8.2. Responsabilidade do antigo proprietário em relação ao IPVA..... | 760 |
| 16.3.9. Lançamento .....                                                  | 762 |
| 16.3.9.1. Notificação do lançamento e prazo prescricional.....            | 762 |

## **Capítulo XVII – IMPOSTOS MUNICIPAIS ..... 765**

|                                                                                             |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 17. IMPOSTOS MUNICIPAIS .....                                                               | 765 |
| 17.1. Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS ou ISSQN.....                       | 765 |
| 17.1.1. Características gerais do imposto.....                                              | 765 |
| 17.1.2. Fato gerador do ISS (aspecto material).....                                         | 767 |
| 17.1.2.1. Exportação de serviços .....                                                      | 772 |
| 17.1.2.2. Operações mistas: ISS x ICMS .....                                                | 774 |
| 17.1.2.3. Serviços bancários.....                                                           | 775 |
| 17.1.2.4. Contrato de arrendamento mercantil ( <i>leasing</i> ) .....                       | 775 |
| 17.1.2.5. Contrato de franquia.....                                                         | 776 |
| 17.1.2.6. Planos de saúde e seguro-saúde .....                                              | 778 |
| 17.1.2.7. Construção civil .....                                                            | 780 |
| 17.1.2.8. Serviço de transporte municipal.....                                              | 783 |
| 17.1.2.9. Serviço de licenciamento ou cessão de direitos sobre <i>softwares</i> .....       | 784 |
| 17.1.2.10. Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade..... | 785 |
| 17.1.3. Imunidades.....                                                                     | 786 |
| 17.1.4. Local da incidência tributária (aspecto espacial) .....                             | 789 |
| 17.1.4.1. Alterações promovidas pela Lei Complementar nº 175/2020 no ISS.....               | 793 |
| 17.1.5. Sujeitos da relação jurídico-tributária no ISS (aspecto subjetivo ou pessoal).....  | 796 |
| 17.1.5.1. Sujeito ativo.....                                                                | 796 |
| 17.1.5.2. Contribuinte .....                                                                | 796 |
| 17.1.6. Base de cálculo .....                                                               | 800 |
| 17.1.7. Alíquota.....                                                                       | 802 |
| 17.1.7.1. ISS-Fixo .....                                                                    | 804 |
| 17.1.8. Regime de restituição.....                                                          | 805 |
| 17.1.9. Momento em que se considera ocorrido o fato gerador (aspecto temporal) .....        | 806 |
| 17.1.10. Lançamento.....                                                                    | 807 |
| 17.2. Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU .....                                     | 809 |
| 17.2.1. Fato gerador (aspecto material).....                                                | 809 |

|           |                                                                                                                                     |     |
|-----------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 17.2.2.   | Momento em que se considera ocorrido o fato gerador (aspecto temporal) .....                                                        | 813 |
| 17.2.3.   | Local de incidência (aspecto espacial) .....                                                                                        | 814 |
| 17.2.3.1. | Imóveis com destinação rural localizados em zona urbana .....                                                                       | 816 |
| 16.2.4.   | Sujeito ativo .....                                                                                                                 | 817 |
| 17.2.4.1. | Cobrança de IPTU de imóvel situado em território acrescido a Município em desacordo com as exigências do art. 18, § 4º, da CF ..... | 817 |
| 17.2.5.   | Contribuintes .....                                                                                                                 | 818 |
| 17.2.6.   | Desapropriação, usucapião e IPTU .....                                                                                              | 820 |
| 17.2.7.   | Loteamentos irregulares e o IPTU .....                                                                                              | 822 |
| 17.2.8.   | Imunidades e IPTU .....                                                                                                             | 822 |
| 17.2.9.   | Base de cálculo .....                                                                                                               | 826 |
| 17.2.10.  | Alíquotas .....                                                                                                                     | 828 |
| 17.2.11.  | Lançamento .....                                                                                                                    | 831 |
| 17.3.     | ITBI – Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis .....                                                                              | 832 |
| 17.3.1.   | Imunidades e o ITBI .....                                                                                                           | 833 |
| 17.3.2.   | Aspecto material .....                                                                                                              | 836 |
| 17.3.3.   | Momento em que se considera ocorrido o fato gerador (aspecto temporal) .....                                                        | 841 |
| 17.3.4.   | Local de incidência (aspecto espacial) .....                                                                                        | 843 |
| 17.3.5.   | Sujeito ativo .....                                                                                                                 | 844 |
| 17.3.6.   | Sujeito passivo (contribuinte) .....                                                                                                | 844 |
| 17.3.7.   | Base de cálculo .....                                                                                                               | 844 |
| 17.3.8.   | Alíquota .....                                                                                                                      | 848 |

## **Capítulo XVIII – REPARTIÇÃO CONSTITUCIONAL DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS...849**

|         |                                                           |     |
|---------|-----------------------------------------------------------|-----|
| 18.     | REPARTIÇÃO CONSTITUCIONAL DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS .....  | 849 |
| 18.1.   | Introdução .....                                          | 849 |
| 18.2.   | Repartição direta e indireta .....                        | 850 |
| 18.3.   | Tributos sujeitos e não sujeitos à repartição .....       | 850 |
| 18.4.   | Repartição direta .....                                   | 851 |
| 18.4.1. | Repartição do IR com Estados e DF .....                   | 851 |
| 18.4.2. | Repartição do IR com Municípios .....                     | 852 |
| 18.4.3. | Repartição do IOF-Ouro com DF, Estados e Municípios ..... | 852 |
| 18.4.4. | Repartição do ITR com Municípios .....                    | 853 |
| 18.4.5. | Repartição do IPVA com os municípios .....                | 854 |
| 18.4.6. | Repartição do ICMS e do IBS com os municípios .....       | 854 |

|           |                                                                                                                                                        |     |
|-----------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 18.4.7.   | Repartição dos impostos residuais com os Estados e o DF.....                                                                                           | 859 |
| 18.5.     | Repartição indireta.....                                                                                                                               | 859 |
| 18.5.1.   | Fundo de participação dos Estados, Fundo de participação dos Municípios e Fundo de incentivo ao setor produtivo do Norte, Nordeste e Centro-Oeste..... | 859 |
| 18.5.2.   | Repartição do IPI e do IS com Estados e DF .....                                                                                                       | 862 |
| 18.5.2.1. | Compensação à desoneração das exportações .....                                                                                                        | 863 |

## **Capítulo XIX – SIMPLES NACIONAL.....865**

|         |                                                                                                                      |     |
|---------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 19.     | SIMPLES NACIONAL .....                                                                                               | 865 |
| 19.1.   | Noções gerais.....                                                                                                   | 865 |
| 19.2.   | Definição de ME e EPP.....                                                                                           | 867 |
| 19.3.   | Receitas de exportação.....                                                                                          | 869 |
| 19.4.   | Os sublimites e as condições diferenciados por estado, DF ou município.....                                          | 869 |
| 19.5.   | Vedações à opção.....                                                                                                | 871 |
| 19.5.1. | Vedação plena.....                                                                                                   | 871 |
| 19.5.2. | Vedação parcial.....                                                                                                 | 873 |
| 19.5.3. | Permissão expressa para opção .....                                                                                  | 877 |
| 19.6.   | Opção pelo Simples.....                                                                                              | 880 |
| 19.7.   | Exclusão do Simples.....                                                                                             | 880 |
| 19.8.   | Tributos abrangidos pelo Simples.....                                                                                | 881 |
| 19.9.   | Tributos não abrangidos pelo Simples Nacional.....                                                                   | 883 |
| 19.10.  | Substituição Tributária e Tributação Monofásica.....                                                                 | 885 |
| 19.11.  | ICMS e ISS com valor fixo para as microempresas .....                                                                | 886 |
| 19.12.  | Possibilidade de concessão unilateral de isenção ou redução de PIS, COFINS e ICMS para produtos da cesta básica..... | 887 |
| 19.13.  | Redução de alíquotas na aquisição de bens para o ativo imobilizado....                                               | 887 |
| 19.14.  | Faixas de incidência e parcelas de cada tributo .....                                                                | 888 |
| 19.15.  | Não cumulatividade .....                                                                                             | 889 |
| 19.16.  | Regime de competência e regime de caixa .....                                                                        | 891 |
| 19.17.  | Repasse do produto da arrecadação.....                                                                               | 891 |
| 19.19.  | Vedação à cumulação com benefícios fiscais externos .....                                                            | 893 |
| 19.20.  | Prescrição.....                                                                                                      | 893 |

### SEÇÃO III – REFORMA TRIBUTÁRIA

#### Emenda Constitucional nº 132/2023 Lei Complementar nº 214/2025 Lei Complementar nº 227/2026

|                                                                                                    |            |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>Capítulo XX – REFORMA TRIBUTÁRIA – O NOVO SISTEMA DE TRIBUTAÇÃO SOBRE O CONSUMO.....</b>        | <b>897</b> |
| 20.1 VISÃO GERAL DO NOVO SISTEMA DE TRIBUTAÇÃO SOBRE O CONSUMO .....                               | 897        |
| 20.2. IMPOSTO SOBRE BENS E SERVIÇOS – IBS E CONTRIBUIÇÃO SOBRE SERVIÇOS – CBS.....                 | 899        |
| 20.2.1. Uniformidade em relação ao IBS e à CBS.....                                                | 899        |
| 20.2.2. Legislação única e uniforme.....                                                           | 901        |
| 20.2.3. Princípios norteadores do IBS.....                                                         | 901        |
| 20.2.3.1. Princípio da neutralidade.....                                                           | 901        |
| 20.2.3.2. Princípio da não cumulatividade .....                                                    | 902        |
| 20.2.3.2.1. Regime de compensação.....                                                             | 907        |
| 20.2.3.3 Princípio da transparência .....                                                          | 908        |
| 20.2.4 Hipóteses de incidência do IBS e da CBS .....                                               | 908        |
| 20.2.4.1 Definição legal dos conceitos de fornecedor, fornecimento, adquirente e destinatário..... | 914        |
| 20.2.4.2 Fornecimento combinado de bens e serviços.....                                            | 915        |
| 20.2.4.2.1 Ordem de Aplicação dos Mecanismos de Desoneração .....                                  | 916        |
| 20.2.4.3 Do IBS e da CBS sobre Importações.....                                                    | 917        |
| 20.2.4.3.1 Da Importação de Bens Imateriais e Serviços .....                                       | 918        |
| 20.2.4.3.2 Da Importação de Bens Materiais .....                                                   | 920        |
| 20.2.4.3.3 Base de Cálculo .....                                                                   | 923        |
| 20.2.4.3.4 Sujeito Passivo.....                                                                    | 924        |
| 20.2.4.3.5 Pagamento e Não Cumulatividade.....                                                     | 925        |
| 20.2.4.4 Isenções.....                                                                             | 927        |
| 20.2.5. Momento de ocorrência do fato gerador .....                                                | 928        |
| 20.2.6. Base de cálculo.....                                                                       | 931        |
| 20.2.7. Alíquotas do IBS e da CBS (alíquota única x alíquota uniforme).....                        | 933        |
| 20.2.7.1. Alíquota de referência.....                                                              | 935        |
| 20.2.8 Cobrança por fora.....                                                                      | 938        |
| 20.2.9 Sujeito passivo .....                                                                       | 939        |
| 20.2.10 Da Extinção dos Débitos.....                                                               | 943        |
| 20.2.10.1. Split Payment.....                                                                      | 946        |
| 20.2.11 Dos Regimes de Apuração.....                                                               | 951        |
| 20.2.12. Vedação geral à concessão de benefícios fiscais.....                                      | 952        |

|                                                                                                                                                               |      |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|
| 20.2.13. Benefícios fiscais, regimes específicos e regimes diferenciados.....                                                                                 | 952  |
| 20.2.13.1. Regimes específicos.....                                                                                                                           | 953  |
| 20.2.13.1.1. Combustíveis e lubrificantes.....                                                                                                                | 953  |
| 20.2.13.1.2. Serviços financeiros, operações com bens imóveis, planos de assistência à saúde e concursos de prognósticos.....                                 | 956  |
| 20.2.13.1.3. Sociedades cooperativas.....                                                                                                                     | 959  |
| 20.2.13.1.4. Serviços de transporte coletivo de passageiros...                                                                                                | 959  |
| 20.2.13.1.5. Demais operações sujeitas a regime específico de tributação.....                                                                                 | 961  |
| 20.2.13.2. Regimes diferenciados.....                                                                                                                         | 961  |
| 20.2.13.2.1. Redução de 60% nas alíquotas de IBS e CBS.....                                                                                                   | 963  |
| 20.2.13.2.2. Redução de 30% nas alíquotas de IBS e CBS na prestação de serviços de profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística..... | 965  |
| 20.2.13.2.3. Isenção ou redução das alíquotas de IBS e CBS em 100% .....                                                                                      | 967  |
| 20.2.13.2.3.1. Regime Diferenciado da CBS para o Prouni.....                                                                                                  | 969  |
| 20.2.13.2.4. Cesta básica nacional.....                                                                                                                       | 969  |
| 20.2.13.2.5. Pequeno produtor rural e produtor integrado.....                                                                                                 | 970  |
| 20.2.13.2.6. Demais regimes diferenciados.....                                                                                                                | 970  |
| 20.2.13.3. A Zona Franca de Manaus – ZFM.....                                                                                                                 | 971  |
| 20.2.14. O Cashback.....                                                                                                                                      | 972  |
| 20.2.15. Imunidades.....                                                                                                                                      | 976  |
| 20.2.15.1. Prestação de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita .....                  | 978  |
| 20.2.15.2. Exportação.....                                                                                                                                    | 978  |
| 20.2.15.2.1. Das Exportações de Bens Imateriais e Serviços...                                                                                                 | 980  |
| 20.2.15.2.2. Das Exportações de Bens Materiais.....                                                                                                           | 982  |
| 20.2.16. Do local da operação e da distribuição da arrecadação do IBS aos entes federativos.....                                                              | 984  |
| 20.2.17. Questões delegadas à Lei Complementar .....                                                                                                          | 989  |
| 20.2.17.1. Desoneração da aquisição de bens de capital.....                                                                                                   | 989  |
| 20.2.18. Da Administração do IBS e da CBS.....                                                                                                                | 990  |
| 20.2.18.1. Consulta sobre a Aplicação da Legislação do IBS e da CBS.....                                                                                      | 993  |
| 20.2.18.2. Fiscalização e Lançamento de Ofício.....                                                                                                           | 995  |
| 20.2.18.3. Fiscalização e Procedimento Fiscal .....                                                                                                           | 997  |
| 20.2.18.4. Das Presunções Legais.....                                                                                                                         | 999  |
| 20.2.18.5. Regime Especial de Fiscalização .....                                                                                                              | 1000 |

|              |                                                                                    |      |
|--------------|------------------------------------------------------------------------------------|------|
| 20.2.19.     | Da Operacionalização do IBS e da CBS.....                                          | 1003 |
| 20.2.20.     | Comitê Gestor do IBS.....                                                          | 1005 |
| 20.2.20.1    | Funções do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços – CGIBS.....             | 1007 |
| 20.2.20.2.   | Natureza jurídica do Comitê Gestor do IBS.....                                     | 1011 |
| 20.2.20.3.   | Representatividade dos entes federativos e composição do Comitê Gestor do IBS..... | 1012 |
| 20.2.20.4.   | Demais aspectos relacionados ao Comitê Gestor.....                                 | 1017 |
| 20.2.20.5.   | Da Estrutura Organizacional do CGIBS.....                                          | 1018 |
| 20.2.20.5.1. | Conselho Superior do CGIBS.....                                                    | 1021 |
| 20.2.20.5.2. | Presidência e Vice-presidência do CGIBS.....                                       | 1028 |
| 20.2.20.5.3. | Secretaria-Geral e Assessoria de Relações Institucionais e Interfederativas .....  | 1030 |
| 20.2.20.5.4. | Corregedoria.....                                                                  | 1031 |
| 20.2.20.5.5. | Auditoria Interna.....                                                             | 1032 |
| 20.2.20.5.6. | Diretoria Executiva.....                                                           | 1032 |
| 20.2.20.6.   | Do Controle Externo do CGIBS.....                                                  | 1033 |
| 20.2.20.7.   | Dos Instrumentos de Transparência.....                                             | 1034 |
| 20.2.20.7.1. | Relatório Resumido da Execução Orçamentária.....                                   | 1034 |
| 20.2.20.7.2. | Relatório de Gestão Fiscal.....                                                    | 1035 |
| 20.2.20.7.3. | Relatórios Mensais de Arrecadação e Distribuição.....                              | 1036 |
| 20.2.20.7.4. | Demonstrações Contábeis Anuais.....                                                | 1037 |
| 20.2.20.8.   | Do Orçamento do CGIBS.....                                                         | 1037 |
| 20.2.21.     | O Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional – FNDR.....                           | 1038 |
| 20.2.21.1.   | Critérios para distribuição dos recursos do FNDR.....                              | 1039 |
| 20.4.        | TRANSIÇÃO “PARA A SOCIEDADE” E TRANSIÇÃO FEDERATIVA... 1040                        |      |
| 20.4.1.      | Transição para a sociedade.....                                                    | 1040 |
| 20.4.1.1.    | Da Fixação das Alíquotas do IBS Durante a Transição.....                           | 1040 |
| 20.4.1.2.    | Transição 2027 a 2028.....                                                         | 1041 |
| 20.4.1.3.    | Transição 2029 a 2032.....                                                         | 1043 |
| 20.4.1.4.    | Da Fixação das Alíquotas do IBS Durante a Transição pela LC 214/2025.....          | 1045 |
| 20.4.1.5.    | Da Fixação das Alíquotas da CBS Durante a Transição pela LC 214/2025.....          | 1046 |
| 20.4.2.      | Transição federativa .....                                                         | 1048 |

|                               |      |
|-------------------------------|------|
| 20.4.2.1. Seguro-receita..... | 1049 |
|-------------------------------|------|

## SEÇÃO IV – PROCESSO TRIBUTÁRIO ADMINISTRATIVO E JUDICIAL

### Capítulo XXI – PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO..... 1053

|                                                                                                        |      |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|
| 21.1. Fundamentos Estruturantes do Novo Modelo de Administração Tributária .....                       | 1056 |
| 21.2.1. Princípio da cooperação e seu papel .....                                                      | 1056 |
| 21.2.2. A presunção de boa-fé do contribuinte .....                                                    | 1058 |
| 21.2.3. Redução da litigiosidade como objetivo institucional .....                                     | 1059 |
| 21.2.3.1. O Processo de Consulta.....                                                                  | 1060 |
| 21.2.4. Razoabilidade e Proporcionalidade nas Sanções.....                                             | 1062 |
| 21.3. Integração Administrativa do Novo Sistema.....                                                   | 1064 |
| 21.3.1. Compartilhamento de Informações Fiscais e Integração interpretativa.....                       | 1066 |
| 21.4. Programa Nacional de Conformidade Tributária.....                                                | 1068 |
| 21.5. Processo Administrativo Tributário do IBS.....                                                   | 1069 |
| 21.5.1. Disposições preliminares.....                                                                  | 1072 |
| 21.5.2. Dos Atos e dos Termos Processuais.....                                                         | 1073 |
| 21.5.3. Fiscalização e Constituição do Crédito do IBS .....                                            | 1080 |
| 21.5.4. Do Contencioso Administrativo Tributário .....                                                 | 1084 |
| 21.5.4.1. Provimentos Vinculantes no Processo Administrativo do IBS .....                              | 1088 |
| 21.5.4.2. Estrutura dos Órgãos de Julgamento do Contencioso Administrativo do IBS .....                | 1089 |
| 21.5.4.2.1. Primeira Instância de Julgamento.....                                                      | 1091 |
| 21.5.4.2.2. Segunda Instância de Julgamento.....                                                       | 1092 |
| 21.5.4.2.3. Instância de Uniformização de Jurisprudência.....                                          | 1093 |
| 21.5.4.3. Dos Recursos .....                                                                           | 1094 |
| 21.5.4.3.1. Recurso de Ofício .....                                                                    | 1096 |
| 21.5.4.3.2. Recurso Voluntário .....                                                                   | 1097 |
| 21.5.4.3.3. Recurso de Uniformização em Relação à Legislação Específica do IBS e Recurso Especial..... | 1097 |
| 21.5.4.3.4. Pedido de Retificação .....                                                                | 1100 |
| 21.5.4.4. Do Incidente de Uniformização Relativo à Legislação Específica do IBS (e também da CBS)..... | 1101 |
| 21.5.4.5. Da Representação da Fazenda Pública.....                                                     | 1103 |
| 21.6. Processo Administrativo Tributário do Simples Nacional .....                                     | 1104 |

|                                              |                                                                   |             |
|----------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------|-------------|
| 21.6.1.                                      | Presunções e Autorregularização .....                             | 1106        |
| 21.6.2.                                      | Do Processo Administrativo .....                                  | 1107        |
| 21.6.3.                                      | Consultas no Simples.....                                         | 1109        |
| 21.6.4.                                      | Do Processo judicial do Simples Nacional .....                    | 1109        |
| 21.7.                                        | Regime Especial Aplicável ao Devedor Contumaz.....                | 1110        |
| 21.7.1.                                      | Do Devedor Contumaz.....                                          | 1110        |
| 21.8.                                        | CADIN .....                                                       | 1118        |
| 21.9.                                        | Reflexos Penais do Devedor Contumaz .....                         | 1119        |
| <b>Capítulo XXII – EXECUÇÃO FISCAL .....</b> |                                                                   | <b>1121</b> |
| 22.                                          | EXECUÇÃO FISCAL.....                                              | 1121        |
| 22.1.                                        | Aplicabilidade da lei de execuções fiscais .....                  | 1121        |
| 22.2.                                        | Dívida ativa.....                                                 | 1123        |
| 22.2.1.                                      | Conceito .....                                                    | 1123        |
| 22.2.2.                                      | Inscrição em Dívida Ativa.....                                    | 1126        |
| 22.2.3.                                      | Classificação .....                                               | 1132        |
| 22.2.3.1.                                    | Dívida Ativa não tributária – Tribunal de Contas.....             | 1133        |
| 22.2.3.2.                                    | Dívida Ativa não tributária – multas ambientais.....              | 1135        |
| 22.2.3.3.                                    | Dívida Ativa não tributária – multas do PROCON..                  | 1137        |
| 22.2.3.4.                                    | Dívida Ativa não tributária – multa penal .....                   | 1138        |
| 22.2.4.                                      | Protesto da Certidão de Dívida Ativa.....                         | 1141        |
| 22.3.                                        | Competência.....                                                  | 1144        |
| 22.4.                                        | Legitimados .....                                                 | 1146        |
| 22.4.1.                                      | Redirecionamento da execução fiscal .....                         | 1150        |
| 22.4.1.1.                                    | Conceito.....                                                     | 1150        |
| 22.4.1.2.                                    | Redirecionamento x Desconsideração da Personalidade Jurídica..... | 1151        |
| 22.4.1.3.                                    | Hipóteses de redirecionamento na jurisprudência..                 | 1155        |
| 22.4.1.4.                                    | Prescrição no redirecionamento da Execução Fiscal .....           | 1157        |
| 22.5.                                        | Procedimento: da petição inicial à sentença .....                 | 1159        |
| 22.5.1.                                      | Petição inicial .....                                             | 1159        |
| 22.5.2.                                      | Citação .....                                                     | 1162        |
| 22.5.2.1.                                    | Despacho ordenando a citação interrompe a prescrição.....         | 1163        |
| 22.5.2.2.                                    | Citação por edital.....                                           | 1164        |
| 22.5.3.                                      | Garantia da Execução Fiscal .....                                 | 1166        |
| 22.5.3.1.                                    | Depósito em dinheiro .....                                        | 1167        |
| 22.5.3.2.                                    | Fiança bancária e seguro garantia.....                            | 1167        |
| 22.5.3.3.                                    | Oferta de bens à penhora.....                                     | 1169        |

|           |                                                                                                                                         |      |
|-----------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|
| 22.5.4.   | Penhora.....                                                                                                                            | 1169 |
| 22.5.4.1. | Princípio da menor onerosidade x Princípio da realização da execução no interesse do credor .....                                       | 1179 |
| 22.5.4.2. | Substituição de seguro garantia ou fiança bancária.....                                                                                 | 1181 |
| 22.5.5.   | Inscrição do devedor em cadastro de inadimplência e medidas afritivas ou meios atípicos de execução.....                                | 1183 |
| 22.5.6.   | Prescrição intercorrente da execução fiscal .....                                                                                       | 1184 |
| 22.5.7.   | Extinção da Execução Fiscal .....                                                                                                       | 1189 |
| 22.5.7.1. | Renúncia nas ações de execução fiscal .....                                                                                             | 1190 |
| 22.5.7.2. | Sucumbência.....                                                                                                                        | 1192 |
| 22.6.     | Fraude à execução .....                                                                                                                 | 1195 |
| 22.7.     | Meios de defesa/impugnação do executado .....                                                                                           | 1198 |
| 22.7.1.   | Embargos à execução .....                                                                                                               | 1198 |
| 22.7.2.   | Exceção de pré-executividade .....                                                                                                      | 1202 |
| 22.8.     | Execução fiscal e os processos de falência e recuperação judicial .....                                                                 | 1204 |
| 22.8.1.   | Falência.....                                                                                                                           | 1204 |
| 22.8.2.   | Recuperação Judicial.....                                                                                                               | 1209 |
| 22.9.     | Cobrança extrajudicial do crédito inscrito em dívida ativa da União e do FGTS e o negócio jurídico processual em matéria tributária ... | 1211 |
| 22.9.1.   | Portaria da PGFN nº 33/2018 .....                                                                                                       | 1211 |
| 22.9.2.   | Portaria da PGFN nº 742/18 .....                                                                                                        | 1217 |
| 22.10.    | Resolução 547/2024 do CNJ.....                                                                                                          | 1220 |

## **Capítulo XXIII – AÇÕES EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA..... 1225**

|         |                                                        |      |
|---------|--------------------------------------------------------|------|
| 23.     | AÇÕES EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA.....                       | 1225 |
| 23.1.   | Medida cautelar fiscal.....                            | 1225 |
| 23.1.1. | Conceito e Objetivos.....                              | 1225 |
| 23.1.2. | Competência .....                                      | 1225 |
| 23.1.3. | Hipóteses de Cabimento .....                           | 1226 |
| 23.1.4. | Procedimento .....                                     | 1228 |
| 23.2.   | Ação Declaratória .....                                | 1232 |
| 23.3.   | Ação Anulatória de Débito Fiscal .....                 | 1234 |
| 23.4.   | Mandado de Segurança.....                              | 1237 |
| 23.4.1. | Mandado de segurança e restituição administrativa..... | 1244 |
| 23.5.   | Ação de Repetição de Indébito Tributário .....         | 1245 |
| 23.6.   | Ação de Consignação em pagamento.....                  | 1247 |
| 23.7.   | Ação Rescisória .....                                  | 1249 |
| 23.8.   | Os limites da coisa julgada em matéria tributária..... | 1250 |